

O ABUSO SEXUAL INTRA E EXTRA-FAMILIAR

Francisco TAVEIRA, Sofia FRAZÃO, Ricardo DIAS, Eduarda MATOS, Teresa MAGALHÃES

RESUMO

Os abusos sexuais de crianças e jovens constituem um grave problema social e de saúde pública, havendo evidência que os abusos intra-familiares (IF) são mais graves, em termos de consequências, do que os extra-familiares (EF). Não existem, contudo, estudos sobre este fenómeno em Portugal. Assim, o objectivo do presente trabalho é contribuir para melhor caracterizar estes abusos e identificar possíveis diferenças entre as situações intra e extra-familiares.

Nesse sentido, foi efectuado um estudo retrospectivo, com base na análise dos relatórios médico-legais da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal, relativos a supostos abusos sexuais em menores de 18 anos ($n = 764$), os quais representam 67% do total dos casos de crimes sexuais observados.

Os resultados revelaram que 34.9% dos abusos são IF, havendo diferenças estatisticamente significativas em relação aos EF: a) as vítimas são mais jovens; b) a relação entre vítima e abusador é mais próxima; c) os abusadores apresentam um maior nível de abusos sexuais anteriores; d) as práticas sexuais são fisicamente menos intrusivas; e) existe menos violência física mas mais violência emocional; f) o intervalo de tempo entre o último abuso e o exame médico-legal é maior; g) existem menos evidências físicas e biológicas (nenhuma, na maioria dos casos IF).

Tais resultados acentuam a existência de alguns aspectos dos abusos IF que podem ser identificados como factores que agravam as suas consequências, desde logo a menor idade da vítima, a maior proximidade com o agressor e o maior grau de violência emocional. Estes aspectos justificam, entre outros, a menor visibilidade destes casos e, portanto, a sua mais tardia revelação e diagnóstico, facto que associado à menor intrusividade das práticas com consequente menor produção de lesões e outras evidências, leva a que apenas num pequeno número de casos se consiga produzir evidência do abuso com base apenas no exame físico. Todos estes aspectos podem justificar diferentes estratégias no diagnóstico e apoio às vítimas destes casos, designadamente, a sistemática denúncia da suspeita destes casos pelos profissionais que deles tomam conhecimento e a realização sistemática de exames de psicologia forense para melhor valorização do depoimento da vítima e valoração da veracidade do seu testemunho.

SUMMARY

INTRA AND EXTRA-FAMILIAL SEXUAL ABUSE

The sexual abuse of a child or young person constitutes a major social and public health problem and there is recent evidence that intra-familial (IF) sexual abuses are more serious in their consequences than extra-familial (EF). However, there are no studies on this phenomenon in Portugal. Thus, the aim of the present study is to contribute to a better characterization of these types of abuses and to identify possible differences between IF and EF cases.

F.T., S.F., R.D., T.M.: Delegação do Norte. Instituto Nacional de Medicina Legal, IP. Centro de Ciências Forenses FCT. Porto

E.M., T.M.: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto. Porto
T.M.: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Porto

© 2009 CELOM

A retrospective study was preformed based on medico-legal reports related to victims below the age of 18, suspected of being sexually abused (n = 764), corresponding to 67% of the total of observed sexual crimes.

Results revealed that 34.9% of the abuses are IF and they show statistically significant differences when compared to EF cases. These are due to the following factors found in IF situations: a) lower victim age; b) closeness between victim and abuser; c) abusers with a higher rate of previous sexual abuse; d) sexual practices of reduced physical intrusion; e) decreased physical violence but increased emotional violence; f) greater delay between last abuse and the forensic exam; g) reduced number of injuries or biological evidence (none in the great majority of the cases).

Results point out the existence of several characteristics in IF abuse that have been identified as factors that influence the severity of the abuse consequences. Among them are: a) lower victim age; b) greater proximity to the abuser; c) increased amount of emotional violence. These factors account for the reduced visibility of this kind of cases and therefore explain their delayed disclosure and diagnosis. The association of this fact with the reduced intrusiveness of this sort of practice and the consequent decrease in number of injuries and other evidence leads to a marked reduction of the number of cases where evidence of the abuse can be found by physical examination alone. The above aspects underlie the need of using different strategies to diagnose and support the victims, namely, systematic denouncement by professionals who suspect this type of abuses, and systematic forensic psychological examination for better valorization of the victim's testimony as well as the veracity of its content.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual da criança ou jovem constitui, actualmente, uma das maiores ameaças à sua saúde, bem-estar e segurança. Assim, o diagnóstico precoce destes casos é fundamental para minorar as suas graves consequências, mas tal constitui uma tarefa complexa, requerendo um grande esforço e um trabalho coordenado da administração pública, dos diversos profissionais e da sociedade em geral.

Estes abusos podem ter diferentes características e consequências, conforme aconteçam num contexto intra (IF) ou extra-familiar (EF)^{1,2}, aspecto que poderá justificar diferentes graus de dificuldade na sua detecção e diagnóstico, bem como diferentes estratégias de intervenção junto das vítimas, dos abusadores e das suas famílias, tendo em conta o melhor interesse da criança.

As diferentes consequências poderão depender de certas características das vítimas e dos abusadores, das circunstâncias, tipo, duração e frequência do abuso, e da reacção do meio envolvente, entre outros.

De acordo com a literatura, estas consequências parecem ser mais graves quando os abusos acontecem em idades muito jovens, de forma continuada, havendo contacto genital e ameaças, e sendo o abusador o pai ou o padrasto, não havendo apoio familiar ou havendo necessidade de retirar a vítima de casa³. Ora, estas características estão, maioritariamente, associadas aos abusos que

acontecem na família, admitindo-se, assim, que estes possam ser os mais graves. Por outro lado, os casos IF integram-se, geralmente, num contexto de abusos continuados, pelo que o diagnóstico médico-legal surge mais dificultado em virtude da baixa visibilidade dos mesmos e da sua revelação tardia. Acresce que na sequência destes abusos IF se verifica uma importante quebra de confiança e perda de segurança em casa/família, o que constitui uma ameaça profunda para o desenvolvimento das crianças e jovens.

Assim, o presente trabalho tem como objectivo geral contribuir para uma melhor caracterização do abuso sexual de crianças e jovens, relativamente ao contexto IF ou EF em que este possa ocorrer, estudando e identificando eventuais diferenças entre estes abusos, tendo em vista promover a capacidade de detecção e diagnóstico dos mesmos pelos diferentes profissionais que intervêm nestes casos, bem como o melhor encaminhamento, tratamento e protecção das vítimas.

MATERIALE MÉTODOS

Realizou-se um estudo retrospectivo tendo por base a análise dos relatórios periciais relativos a suspeitas de abusos sexuais, cujas vítimas foram observadas nos serviços do Instituto Nacional de Medicina Legal, no Porto, entre 1997 e 2004. Seleccionaram-se os casos das vítimas

com menos de 18 anos ($n=764$), que correspondem a 67% do total dos casos de crimes sexuais observados.

Para a base de dados foi utilizado o programa informático Excel 2003 e para o tratamento estatístico foi usado o SPSS 14 para Windows. Utilizou-se o teste χ^2 nas comparações de variáveis categóricas (para verificar a independência e a não existência de relação entre as duas variáveis) e Quadros de contingência para estudar a relação entre duas variáveis categóricas. Quando a variável foi do tipo contínuo, realizou-se o teste de *t student*. Considerou-se um nível de significância de 5% para os dois tipos de variáveis.

RESULTADOS

Os resultados revelaram que 65.1% ($n = 497$) dos abusos são EF, sendo que 34.9% ($n = 267$) acontecem no contexto da família.

Caracterização da vítima

Do total das vítimas estudadas, 639 (83.6%) eram do sexo feminino. A idade média foi de 11.0 anos (mín: 1.8, máx: 17.8, desvio padrão: 4.3), sendo os indivíduos do sexo masculino mais novos (mediana de 9.3 anos, para 12.5 no sexo feminino – teste de Mann-Whitney). Relativamente à actividade desenvolvida, a maior parte das vítimas ($n=591$; 77.4%) eram estudantes, havendo apenas um pequeno número de casos (2.7%) em que estas já exerciam

actividade profissional (todas com idade superior a 15 anos).

Correlacionando as situações IF e EF (Quadro 1), verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.001$) no que se refere à idade das vítimas (mais novas nos casos IF) e à actividade desenvolvida, sendo que este último aspecto está correlacionado com a idade.

Caracterização do Abusador

Com excepção de um abusador do sexo feminino, todos os outros eram homens. Relativamente ao único caso em que o abusador era mulher, a vítima era uma menina de sete anos de idade e a abusadora era a mãe. O abuso ocorreu em casa de ambas, consistindo em carícias dos órgãos genitais seguidas da introdução dos dedos na vagina, associado a ameaças verbais; havia informação de abusos anteriores. A criança só foi observada 48 horas depois do abuso mas apresentava vestígios físicos sugestivos do mesmo.

Nos casos IF o pai ou padrasto foram os abusadores em 51% dos casos, sendo que nos EF a maior parte dos abusos foi perpetrada por pessoas conhecidas (65.2%) (Quadro 2).

Quanto aos antecedentes de comportamentos desviantes, é de notar que em 44% dos casos não foi possível obter qualquer informação. Nos restantes ($n = 429$), foram identificados esses antecedentes em 287 casos (66.9%). A análise comparativa dos casos revelou diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.001$) no que se refere aos antecedentes de abusos sexuais, muito superiores nos casos IF (Quadro 2).

Caracterização do Abuso

Para a caracterização do abuso, dado que algumas práticas são múltiplas, considerou-se apenas o abuso fisicamente mais intrusivo.

Na generalidade dos casos as práticas mais descritas foram as carícias dos órgãos genitais ($n=286$; 37.5%), seguidas da penetração vaginal e/ou anal ($n=242$; 32.1%) e da tentativa de penetração vaginal ($n = 115$; 15.2%). Em 42 casos (5.8%) a vítima negou o abuso, tendo havido exame apenas em virtude da suspeita levantada, mas sem que fosse descrito o tipo concreto da prática suspeita. Da mesma forma, em 74 casos (9.8%) não foi descrito o tipo de prática, nem pela criança ou jovem, nem pela pessoa que a acompanhava, havendo apenas uma suspeita genéri-

Quadro 1 – Caracterização da vítima

		Intra-familiar (n = 267)	Extra-familiar (n = 497)	P
Género	Feminino	222 (83%)	417 (84.7%)	0.79
	Masculino	45 (17%)	80 (15.3%)	
Idade (anos)	Média	9.59	11.7	< 0.001
	Mínimo	2	1.8	
	Máximo	17	18	
	SD	4.4	4.2	
Actividade	Nenhuma	77 (28.8%)	70 (14%)	< 0.001
	Estudante	187 (70%)	404 (81.2%)	
	Trabalhador	2 (0.7%)	19 (3.8%)	
	Sem informação	1 (0.5%)	4 (1%)	

Quadro 2 – Caracterização do abusador

		Intra-familiar (n = 267)	Extra-familiar (n = 497)	p
Gênero	Masculino	266 (99.6%)	497	0.35
	Feminino	1 (0.4%)	-	
Relação com a vítima	Pai	119 (15.6%)		—
	Padrasto	17 (2.2%)		
	Outro familiar	131 (17.1%)		
	Amigo ou vizinho	324 (42.4%)		
	Desconhecido	173 (22.6%)		
Comportamentos desviantes prévios	Alcolismo	9 (3.4%)	2 (0.5%)	< 0.001
	Toxicod dependência	2 (0.8%)	5 (1%)	
	Abusos sexuais	162 (61%)	88 (17.7%)	
	Delinquência	6 (2.3%)	11 (2.2%)	
	Nenhum	59 (22.3%)	83 (16.6%)	
	Sem informação	27 (10.2%)	308 (62%)	

ca, na sequência da observação de perturbações do seu comportamento ou de outro tipo de sintomatologia (Quadro 3).

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os abusos IF e EF no que se refere às práticas sexuais descritas, sendo muito mais frequentes as práticas fisicamente mais intrusivas (penetração ou tentativa de penetração vaginal e/ou anal) nos casos EF ($p < 0.001$) (Quadro 3).

Em 470 casos (61.5%) o abuso aconteceu na casa da vítima e/ou abusador, sendo tal mais frequente nos IF ($p < 0.001$) (Quadro 3).

Houve relato de violência física e de ameaças em 282 (36.9%) e 210 (27.5%) casos, respectivamente. Em 76 (9.9%) casos, terá havido *consentimento* da vítima para a prática sexual. Quanto a estes meios coercivos usados para a prática do abuso, verifica-se que as ameaças verbais foram mais frequentes nos casos IF, enquanto que a violência física e as ameaças com armas aconteceram mais nos EF ($p < 0.001$). O número de casos de aliciamento e de *consentimento* da vítima foi mais frequente nos EF ($p < 0.001$), estando o *consentimento* relacionado com os casos ocorri-

dos entre supostos namorados (Quadro 3).

Exame médico-legal

Na maior parte dos casos as perícias foram realizadas mais de dois dias depois do último abuso ($n = 532$; 69.6%) – incluíram-se aqui os casos em que esse intervalo era desconhecido ($n = 225$; 29.5%), dado que nestes o abuso nunca foi recente. No entanto, nos abusos IF este atraso verificou-se num maior número de casos ($n = 238$; 89.1%) ($p < 0.001$) (Quadro 4).

O exame médico-legal não revelou lesões ou sequelas em 68.5% dos casos ($n = 523$). Em 153 (20%) havia sequelas próprias de práticas sexuais não recentes e em 88 (11.5%) lesões próprias de práticas sexuais recentes. No caso dos abusos EF, em 62% não existiam lesões ou sequelas, encontrando-se em 19.6% vestígios de penetração

vaginal não recente; os IF não deixaram lesões ou sequelas em 80.5% dos casos. Estas diferenças são estatisticamente significativas ($p < 0.001$) no que se refere à ausência de lesões (mais frequentes no contexto IF) e à evidência de penetração vaginal (mais frequente no EF) (Quadro 4).

Apenas foram realizados estudos de ADN em 67 casos (8.8%), dos quais 50.1% EF e 16.8% IF; destes, 10% e 7% revelaram, respectivamente, um perfil genético diferente do da vítima ($p < 0.005$).

Compatibilidade entre a informação e os resultados periciais

Constata-se que a maior concordância entre a informação prestada e o resultado da perícia médico-legal se verifica nos casos EF e quando a vítima foi sujeita a penetração vaginal (80%) (Quadro 4). De qualquer forma, essa concordância é também superior a 60% nos casos de abusos IF em que houve penetração anal ou vaginal (Quadro 4). Não existem, contudo, diferenças estatisticamente significativas entre os dois tipos de abusos para qualquer das práticas (Quadro 4).

Quadro 3 – Caracterização do abuso

	Intra-familiar (n = 267)	Extra-familiar (n = 497)	P	
Tipo de Abuso	Manipulação genital	148 (55.4%)	138 (27.8%)	< 0.001
	Penetração vaginal com pênis ou dedos	35 (13.2%)	149 (30%)	
	Tentativa de penetração vaginal com pênis	36 (13.5%)	79 (15.9%)	
	Penetração anal com pênis	6 (2.2%)	38 (7.6%)	
	Vaginal e anal penetração com pênis	3 (1.1%)	11 (2.2%)	
	Exibicionismo	2 (0.7%)	3 (0.6%)	
	Nega abuso	17 (6.4%)	25 (5%)	
	Sem informação	20 (7.5%)	54 (10.9%)	
Local	Casa da vítima e/ou abusador	260 (97.4%)	210 (42.3%)	< 0.001
	Local isolado	3 (1.1%)	115 (23.1%)	
	Outro	4 (1.5%)	172 (34.6%)	
Circunstâncias da ocorrência	Ameaças verbais	117 (43.8%)	45 (9.1%)	< 0.001
	Violência física	79 (29.6%)	203 (40.8%)	
	Aliciamento (doces ou dinheiro)	21 (7.9%)	59 (11.9%)	
	Ameaças com armas	1 (0.4%)	47 (9.5%)	
	Consentimento da vítima	7 (2.6%)	69 (13.9%)	
	Sem informação	42 (15.7%)	74 (14.8%)	

DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo revelam a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as vítimas de abusos IF e EF no que se refere à idade das mesmas, aos antecedentes de práticas de abusos sexuais anteriores por parte dos abusadores, ao tipo de práticas sexuais, ao grau de ameaça que as envolve, às lesões evidenciadas e ao atraso na revelação e na realização do exame médico-legal.

Estas diferenças permitem-nos admitir que os abusos sexuais IF, sendo menos graves do ponto de vista da violência física do que os EF, serão contudo mais graves do ponto de vista emocional, pois, tal como sugerido noutros estudos, envolvem vítimas mais jovens⁴⁻⁷ e mais próximas do abusador – o pai em 45% destes casos. Note-se que o abusador foi pouco caracterizado neste estudo, dado tratar-se de uma análise retrospectiva e cuja informação é

apenas fornecida pela vítima ou pela pessoa que a acompanha.

Esta proximidade afectiva entre a vítima e o abusador, associada ao facto, também aqui constatado, do grau de ameaça emocional ser superior nos abusos IF, torna mais difícil a revelação por parte da vítima e a detecção por terceiros (agravada, ainda, por a maior parte dos casos acontecer no secretismo do lar). Estes factos levam a que nas situações IF se verifique um importante atraso na realização do exame médico-legal, tal como se demonstrou.

Deste modo, a capacidade de se fazer a prova material do abuso, fica prejudicada pelo atraso na realização da perícia mas, também, pelo facto das práticas nos abusos IF serem fisicamente pouco intrusivas e, portanto, mais difíceis de demonstrar por falta de vestígios físicos. Na nossa amostra, apenas em 294 casos (38.5%) foi realizada a perícia médico-legal num período inferior a 72 horas depois do abuso, o que torna mais difícil a realização de

Quadro 4 – Caracterização do exame médico-legal

		Intra-Familiar (n = 267)	Extra-familiar (n = 497)	<i>p</i>
Intervalo entre Último Abuso e Perícia	< 2 dias	29 (10.9%)	203 (40.8%)	< 0.001
	2-8 dias	16 (5.9%)	46 (9.3%)	
	8-30 dias	29 (10.9%)	53 (10.7%)	
	> 30 dias	81 (30.3%)	82 (16.5%)	
	Sem informação	112 (42%)	113 (22.7%)	
Evidências Físicas	Ausência	215 (80.5%)	308 (62%)	< 0.001
	Manipulação genital	14 (5.2%)	24 (4.8%)	
	Tentativa de penetração vaginal não recente	8 (3%)	15 (3%)	
	Penetração anal não recente	5 (1.9%)	6 (1.2%)	
	Penetração anal recente	1 (0.4%)	16 (3.2%)	
	Penetração vaginal não recente	22 (8.2%)	97 (19.6%)	
	Penetração vaginal recente	2 (0.8%)	31 (0.2%)	
Concordância (Informação/Perícia)	Manipulação genital	9.4%	17.4%	0.08
	Penetração vaginal	63.2%	80%	0.41
	Penetração anal	66.7%	44.9%	0.50
	Tentativa de penetração	22.9%	19%	0.70

estudos para pesquisa de ADN. Este facto, associado à circunstância de em muitos casos o tipo de prática suspeita não justificar a pesquisa de vestígios biológicos do abusador, explicam a baixa taxa de realização destes estudos genéticos, os quais se efectuaram, sobretudo, no grupo EF ($p < 0.005$), o que está de acordo com o facto destes casos serem observados mais precocemente e deles resultarem mais evidências.

O atraso no início da ajuda à vítima associado à intrusão psico-afectiva dos abusos, tornam os abusos IF mais graves, tal como concluem outros estudos^{1,8,9}, estudos estes que acrescentam o facto destes abusos terem uma maior duração e uma maior frequência. Estes dois últimos aspectos, sem dúvida muito relevantes em termos da compreensão da gravidade das consequências (as sequelas e os transtornos psico-afectivos serão tanto mais graves quanto maior for a duração do abuso)^{10,11} não foram analisados no presente trabalho por se tratar de uma análise retrospectiva que não incluía, muitas vezes, esta informa-

ção. No entanto, na nossa amostra verificou-se existir um maior número de antecedentes de abusos sexuais nos agressores IF, aspecto que pode permitir inferir sobre a maior tendência para a prática repetida destes abusos no contexto da família.

Finalmente, é de realçar que existem trabalhos em que não foram encontradas diferenças quanto à gravidade dos abusos IF e EF¹², o que não põe em causa os resultados obtidos, dado que existem factores sócio-culturais que condicionam este tipo de comportamentos, pelo que os resultados de um estudo feito numa determinada comunidade podem não se aplicar à realidade de outra, até dentro do mesmo país.

De qualquer forma, parece evidente que os abusos intra-familiares merecerão uma particular atenção por parte da comunidade científica e dos técnicos, sendo certo que a revelação destas práticas está prejudicada pelo fenómeno da ocultação, particularmente nas situações IF¹³, o que pode explicar o facto de um grande número dos

estudos revelar uma maior incidência do abuso EF relativamente ao IF (variação da incidência entre os 10% e os 50%)^{2,14}.

Será, pois, fundamental, nestas situações, a denúncia sistemática de todos os casos de que haja suspeita de abuso sexual, pelos diferentes profissionais, tal como obriga a lei penal portuguesa (Dec-Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro)¹⁵, de forma a que o caso possa ser investigado e, caso haja comprovação, a vítima possa, atempadamente, ser protegida e iniciar o seu tratamento de recuperação. Efectivamente, trata-se de um crime público nas situações que correspondem a crimes contra a liberdade sexual que vitimem menores de 18 anos ou a crimes contra a autodestruição sexual (com excepção do crime do artigo 173.º do Código Penal).

Por outro lado, verificando-se que os vestígios físicos e biológicos não existem numa grande percentagem de casos, será fundamental a realização de um exame sistemático por psicologia forense, para valorização da sintomatologia e da informação verbal e não verbal transmitida pela criança ou jovem, bem como da fiabilidade do seu testemunho. Estes aspectos constituem, muitas vezes, a única evidência do abuso, pelo que deverá existir um particular cuidado por parte dos técnicos na abordagem destas vítimas previamente à sua avaliação por psicologia forense, de forma a não contaminarem esta evidência.

CONCLUSÃO

Verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os abusos sexuais IF e EF. Os abusos IF (51% perpetrados pelo pai ou padrasto) relacionam-se sobretudo com: a) vítimas mais jovens; b) agressores com história de abusos sexuais anteriores (61%); c) baixa visibilidade – 97% acontecem em casa; d) menos práticas de abusos fisicamente intrusivos (história de penetração em 17% vs 40% nos casos EF); e) mais violência emocional (ameaças verbais em 44%); f) maior atraso entre o último abuso e a perícia médico-legal (apenas 11% antes das 48 horas); g) menos lesões (nenhuma em 81%) ou evidências biológicas (nenhuma na grande maioria dos casos).

Todos estes factos dificultam o diagnóstico dos casos e justificam a grande complexidade das perícias médico-legais nos casos de abuso IF, tornando-se aqui fundamental a realização sistemática de uma avaliação por psicologia forense.

Os resultados acentuam a importância de estar atento a estas diferenças no que se refere à intervenção médico-legal, psicológica e social.

Conflito de interesses:

Os autores declaram não ter nenhum conflito de interesses relativamente ao presente artigo.

Fontes de financiamento:

Não existiram fontes externas de financiamento para a realização deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

1. RUSSELL DEH: The incidence and prevalence of intra familial and extrafamilial sexual abuse of female children. *Child Abuse Neglect* 1983;7:133-146
2. DONALD GF, WENDY LM: Characteristics of intrafamilial and extrafamilial child sexual abuse. *Child Abuse Neglect* 1998;9:915-929
3. NOGUEROL V: Aspectos Psicológicos del Abuso Infantil. In: Niños Maltratados. Flores JC, Huertas JD, Gonzalez CL, Eds. Madrid: Diaz de Santo 1997;177-182
4. DE JONG AR, HERVADA AR, EMMETT GA: Epidemiologic variations in childhood sexual abuse. *Child Abuse Neglect* 1983; 7:155-162
5. NASH MR, ZIVNEY O, HULSEY T: Characteristics of sexual abuse associated with greater psychological impairment among children. *Child Abuse Neglect* 1993;17:401-8
6. SOORENTI-LITTLE L, BAGELY CAND ROBERTSON S: An operational definition of the long term harmfulness of sexual relations with peers and adults by younger children. *J Canadian Association of Children* 1984;9:46-57
7. TSENG OC, SCHWARZIN HJ: Gender and race differences in child sexual abuse correlates. *Intl J Intercultural Relations* 1990;14:135-161
8. ERIKSON W D, WALBEK N H, SEELEY R K: Behavior patterns of child molesters. *Archives of Sexual Behavior* 1988;17:77-86
9. MIAN M, WEHERSPANN W, KLAJNER-DIAMOND H, LEBARON D, WINDER C: Review of 125 children 6 years of age and under who were sexually abused. *Child Abuse & Neglect* 1986;10:223-9
10. BEITCHMAN J, ZUCKER K, HOOD J, DACOSTA G, AKMAN D, CASSAVIA E: A review of the long term effects of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect* 1992;16:101-118
11. GODDARD CR: A child sexual abuse police tracking project. Sex offences against children. Law Reform Commission of Victoria 1988
12. GOMEZ-SCHWARTZ B, HOROWITZ JM, CARDARELLI AP: Child sexual abuse: The initial effects. Newbury Park, CA: Sage Publications 1990
13. MUHAMMAD M, HAJ-YAHIA, TAMISH S: The rate of child sexual abuse and its psychological consequences as revealed by a study among Palestinian university students. *Child Abuse & Neglect* 2001;25:1303-27
14. BAGELY C, KING K: Child sexual abuse. The search for healing. London: Tavistock Routledge Publications 1990.
15. PEREIRA VS, LAFAYETTE A: Código Penal Anotado e Comentado. Coimbra: Quid Júris 2008.

